

ESCOLHAS DE PRÁTICAS CONTABÉIS: ESTUDO SOBRE A ADOÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO NO ATIVO IMOBILIZADO

MÁRCIA KARINA CABRAL FÉLIX

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza
marcia_kcf@hotmail.com

LORENA COSTA DE OLIVEIRA MELLO

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza
lorena.costa@plauditores.com.br

PAOLO GIUSEPPE LIMA DE ARAÚJO

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza
PAOLO.ARAUJO@PLAUDITORES.COM.BR

ESCOLHAS DE PRÁTICAS CONTÁBEIS: ESTUDO SOBRE A ADOÇÃO DO CUSTO ATRIBUIDO NO ATIVO IMOBILIZADO

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar as características das companhias abertas no Brasil que permitem explicar a escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados. A análise se concentrará nas demonstrações contábeis do exercício de 2010, ano de implantação *full* das normas internacionais de contabilidade. O presente estudo se caracteriza como descritivo, classifica-se como predominantemente quantitativo, tendo como população 263 Companhias listadas na BM&F Bovespa. Para a realização do estudo, foram selecionados as seguintes variáveis: Porte, Nível de endividamento, Bônus dos administradores, Rentabilidade, Empresas listadas em bolsas internacionais, Setor, Empresa de auditoria e Participação do imobilizado no ativo total das empresas. A amostra foi submetida ao cálculo de estatística descritiva e regressão logística. O resultado dos testes detectou uma influência significativa das variáveis, Porte e Retorno sobre o Patrimônio Líquido –ROE, na escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados, a um nível de significância de 10%. E as variáveis Empresa de Auditoria e Participação do Imobilizado no Ativo Total obtiveram a significância ao nível de 5%. Já para as variáveis Setor e Bolsa Internacional, não houve indícios de que essas variáveis influenciem na escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados.

Palavras-chave: Escolhas contábeis. Valor justo. Imobilizado. Mensuração contábil.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil iniciou o processo de internacionalização das Normas de Contabilidade e adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), com a promulgação da Resolução do CFC nº 1.055 de 07/10/2005, que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis e posteriormente com a emissão da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 que alterou a Lei 6.404, trazendo a adoção de um novo padrão contábil para a realidade brasileira.

A adoção desse novo padrão contábil, baseado em princípios, trouxe alterações na estrutura conceitual da contabilidade, no que diz respeito às características qualitativas da informação. Houve uma valorização da qualidade relevância, por ser essa uma das principais características qualitativas responsáveis pela geração de informação útil, que melhor reflete a realidade econômico-financeira das entidades e relevante para a tomada de decisão dos usuários. Para a geração de informação que atenda a essas características, passou-se a utilizar o critério do valor justo para a mensuração de alguns itens patrimoniais do balanço. (BARTH, 2007; ÁRGILES; BLADÓN; MONLLAU, 2011; HERBOHN; HERBOHN, 2006).

O CPC 27 (2009) - Ativo Imobilizado - e o ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43 concedem a possibilidade de se registrar o imobilizado da empresa pelo valor justo, como custo atribuído a este ativo, ou continuar a sua mensuração pelo custo histórico.

Diante dessa contextualização o problema desse estudo é: Investigar quais as características que influenciaram a escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados das Companhias abertas no Brasil?

O objetivo geral desse estudo é investigar as características das companhias abertas, que permitem explicar a escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados, no ano da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Adicionalmente, como objetivo secundário da pesquisa, buscou-se identificar: i) o método contábil mais utilizado pelas empresas para mensuração dos ativos imobilizados no Brasil; ii) o critério de mensuração contábil mais utilizado por setores de atividades e iii) o nível na hierarquia do valor justo mais utilizado para mensuração do imobilizado.

Dessa forma, justifica-se esta pesquisa: a) pelo recente processo de adoção das IFRS no Brasil, cujas consequências econômicas ainda não são totalmente conhecidas, principalmente no ativo imobilizado; b) pela introdução de mais e novas opções contábeis pelas IFRS; c) pela necessidade de verificação efetiva da convergência prática (não somente a legal); e d) pelas relevantes mudanças normativas do grupo imobilizado, e consequente quantidade de escolhas entre práticas igualmente válidas, decorrentes da adoção das IFRS no Brasil.

Na literatura técnica e científica, os estudos desenvolvidos sobre o custo atribuído foram os de Niyama (2005), Iudícibus; Martins (2007), Bernardino, Prado e Ribeiro (2011), França, Cunha, Cunha (2014) e Lemes, Costa e Martins (2014) concentram-se em discussões conceituais sobre a mensuração a custo histórico e a valor justo e o seu impacto no valor da empresa. Entretanto, nenhum trabalho estudou o custo atribuído tendo como foco a análise dos fatores, que influenciaram as Companhias na escolha do critério de mensuração contábil para os seus ativos imobilizados, motivando o desenvolvimento deste estudo.

O presente estudo se caracteriza como descritivo, quanto aos procedimentos, utiliza-se da pesquisa bibliográfica e documental. Já em relação à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como predominantemente quantitativa e a técnica estatística utilizada foi a regressão logística, tendo como variáveis independentes: porte, nível de endividamento, bônus dos administradores, rentabilidade, empresas listadas em bolsas internacionais, setor, empresa de auditoria e participação do imobilizado no ativo total e variável dependente: critério de mensuração.

O estudo está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, apresenta-se o referencial teórico, com a escolha de práticas contábeis e contextualizando as exigências do ICPC 10 (2009). Na seção 3, tem-se a metodologia, que apresenta as características da pesquisa, as empresas analisadas, a forma de coleta e o tratamento dos dados. Na seção 4, demonstram-se os resultados da análise. Na última seção, apresentam-se as considerações finais, as reflexões sobre o estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Escolhas de Prática Contábil

Costa, Silva e Laurencel (2013) afirmam que a adoção das normas internacionais de Contabilidade (IFRS) por vários países no mundo, permite, em diversos casos, a adoção de procedimentos contábeis distintos para a contabilização de um mesmo item, gerando a oportunidade de se desenvolver estudos sobre os fatores que impactam a escolha de práticas contábeis pelas Companhias (HAIL; LEUZ; WYSOCKI, 2009).

Fields, Lys e Vicent (2001, p.256) definem escolha contábil como:

Qualquer decisão que tem o propósito de influenciar (tanto a forma como a essência) a saída de um sistema contábil de forma particular, incluindo não apenas as

demonstrações financeiras publicadas de acordo com os princípios contábeis vigentes, como também as declarações de imposto e exigências regulatórias.

Ronen e Yaari (2008) afirmam que as escolhas contábeis permeiam os relatórios contábeis e podem ser dos seguintes tipos: (a) escolha do método de mensuração permitida pelas normas contábeis vigentes (PEPS ou média ponderada como o método de avaliação do estoque, por exemplo); (b) escolha do momento de adoção de um novo padrão contábil (quando permitido pela nova norma); (c) julgamento que influencia estimativas contábeis (cálculo da depreciação e provisões, por exemplo); (d) forma de classificação de determinados itens contábeis; (e) estruturação de operações (atividades com impacto no fluxo de caixa e na contabilidade) e (f) momento do reconhecimento de receitas e despesas; entre outras.

Costa, Silva e Laurencel (2013) aprofundam o assunto ressaltando, que as escolhas de práticas contábeis feitas pelos administradores, não são realizadas de maneira imparcial, pois são influenciadas por diversos incentivos econômicos (contratuais ou não) existentes.

Esta afirmação corrobora o entendimento de Silva e Sancovschi (2007), que preconizam que a teoria positiva da contabilidade busca explicar e prever as escolhas de práticas contábeis, tendo como base a ideia de que os indivíduos agem de acordo com seus interesses pessoais, objetivando maximizar o bem-estar próprio (Abordagem Oportunista). Desta forma, pode-se inferir que as escolhas contábeis não são imparciais, visto que para alcançar determinados interesses, os administradores preferem determinadas práticas contábeis em detrimento de outras (COSTA, SILVA, LAURENCEL; 2013).

Sobre o assunto, Silva e Sancovschi (2007) esclarecem que as empresas tendem a escolher práticas contábeis, que aumentem o resultado quando existem planos de remuneração variável (incentivo) aos administradores vinculados ao desempenho (*performance*) contábil e altos níveis de endividamento. Por outro lado, as empresas realizam escolhas contábeis que diminuem o resultado para evitar (ou mitigar) eventuais custos políticos, decorrentes de uma maior exposição.

Costa, Silva e Laurencel (2013) enumeram, com base na literatura, a descrição dos principais incentivos econômicos para a realização de escolhas contábeis, apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Descrição dos incentivos econômicos para a realização de escolhas contábeis

Incentivos econômicos	Descrição
Porte	Os administradores de grandes empresas tendem a escolher práticas contábeis que diminuam o resultado para reduzirem seus custos políticos. As empresas com maior porte estão mais sujeitas à supervisão do Governo, fazendo com que as mesmas adotem práticas contábeis mais conservadoras objetivando diminuir os custos políticos (WATTS e ZIMMERMAN, 1990; CONCEIÇÃO, 2009).
Nível de endividamento	Um nível de endividamento alto incentiva os administradores a adotarem práticas contábeis que aumentem o resultado das empresas. Ao adotar essas práticas, os administradores reduzem a probabilidade de violação de <i>covenants</i> (cláusulas) contratuais. (WATTS e ZIMMERMAN, 1990; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; SILVA, 2008)
Bônus dos administradores	A existência de pagamento de planos de remuneração variável (<i>bônus plan</i>) para a alta administração baseados em resultados contábeis aumenta a probabilidade de os administradores escolherem práticas contábeis que aumentem o resultado, objetivando atingir as metas estabelecidas (WATTS; ZIMMERMAN, 1990; SILVA; SANCOVSCHI, 2007; RONEN; YAARI, 2008).

Rentabilidade	Índices de rentabilidade são utilizados por diversos <i>stakeholders</i> como medida de desempenho das empresas. Sabendo que os <i>stakeholders</i> têm expectativas sobre o desempenho da empresa, os gestores são incentivados a escolher práticas contábeis que contribuam para alcançar o desempenho previsto pelos <i>stakeholders</i> (RONEN; YAARI, 2008).
Empresas listadas em bolsas internacionais	Empresas que negociam suas ações em bolsas internacionais (<i>cross-listing</i>) tendem a adotar práticas contábeis mais conservadoras, pois estão sob regimes mais rigorosos (DEMARIA; DUFOUR, 2008).
Setor	Aledo <i>et al.</i> (2009) afirmam que, se o setor de atuação das empresas é um direcionador das escolhas contábeis, é esperado que a empresa que adotar prática contábil diferente da adotada pelas demais empresas do setor poderá ser penalizada. Desta forma, espera-se que haja uniformidade entre as empresas do mesmo setor.
Empresa de auditoria	Aledo <i>et al.</i> (2009) afirmam que a participação expressiva das grandes empresas de auditoria (Big 4) no processo de convergência contábil, e a constatação de que as companhias que contratam estas auditorias buscam, entre outros objetivos, reduzir seus custos de agência, é esperado que o tipo de auditor exerça influência sobre as escolhas contábeis.
Participação do Imobilizado no Ativo Total	Barlevet <i>et al.</i> (2007) afirmam que a participação de ativos fixos no ativo total pode afetar a adoção da prática contábil da reavaliação, uma vez que os ativos fixos contribuem para determinar a capacidade de endividamento da empresa e a relevância deste valor pode incentivar ou não a adoção desta prática.

Fonte: Costa, Silva, Laurencel (2013).

Os incentivos econômicos: porte, nível de endividamento e bônus dos administradores estão relacionados à teoria positiva de contabilidade, proposta por Watts e Zimmerman (1990). Já a dupla listagem em mercados de capitais foi utilizada no estudo de Costa e Freitas (2011), o qual afirma que as empresas que possuem títulos negociados em bolsas estrangeiras e, por isso, são obrigadas a divulgar informações financeiras, por meio de diferentes normas contábeis, buscam amenizar estas possíveis diferenças e, por isso, a não adotar procedimentos não aceitos em outros países, como exemplo a prática da reavaliação, não permitida em bolsas que exigem a publicação contábil, conforme os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (USGAAP). Por fim, o indicador rentabilidade (ROE), Setor, Empresa de auditoria e Participação do imobilizado no Ativo total foram utilizados nos estudos de Ronen e Yaari (2008) que em geral, são medidas de interesse dos administradores das empresas.

2.2 CPC 10 (*deemed cost*)

O ICPC 10 trás interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC's 27, 28, 37 e 43. O mesmo concede a possibilidade de se registrar o imobilizado da empresa pelo valor justo, como custo atribuído a este ativo ou continuar a sua mensuração pelo custo histórico, de acordo com a afirmativa a seguir:

Caso existam ativos imobilizados substancial ou totalmente depreciados, conforme a legislação tributária na data da primeira aplicação do CPC 27 (1º de janeiro de 2010), tais ativos poderão ser ajustados contabilmente ao custo atribuído (*deemed cost*) por seus valores justos, se for esta a opção da empresa (ICPC 10, item 25).

O Pronunciamento Técnico CPC 37 (2009), Apêndice A, estabelece a definição de Custo atribuído, conforme segue:

O montante utilizado como um substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em uma determinada data. Nas depreciações e amortizações subsequentes é admitida a presunção de que a entidade tenha inicialmente reconhecido o ativo ou o passivo na determinada data por um custo igual ao custo atribuído.

Já o valor justo pode ser definido como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”. (CPC 46, 2012, Item 9).

Destaca-se que a mensuração deste critério pode ser realizada em 3 níveis, destacados a seguir: i) nível 1 - preços cotados em mercado ativo para ativos e passivos idênticos; ii) nível 2 - preços cotados para ativos ou passivos similares ou idênticos em mercados ativos ou não; iii) nível 3 - utiliza técnicas de avaliação para as quais hajam dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo (CPC 46, 2012).

Para França *et.al.* (2013) a adoção do valor justo na data de transição à norma internacional de contabilidade, para os itens do ativo imobilizado, pode ser significativa para a entidade, uma vez que o procedimento visa corrigir disparidades construídas ao longo da vida útil desses itens, assim provocadas por: (a) ausência de incorporação das taxas de inflação no período de mais de uma década e (b) utilização de taxas de depreciação para fins fiscais, com a finalidade de conhecer perdas econômicas pelo uso.

O CPC 27 (2009) incentiva fortemente o uso do valor justo, como custo atribuído do imobilizado, para os bens ou conjunto de bens de valores relevantes ainda em operação, com capacidade geradora de caixa futuro, e que apresentem valor contábil consideravelmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Ressalta-se que a adoção do valor justo, como novo custo atribuído do imobilizado, somente é permitida no momento inicial da adoção das normas internacionais de contabilidade, não sendo permitidas revisões em períodos seguintes, assim, não pode ser considerada como uma prática de reavaliação, mas sim como ajuste dos saldos iniciais ou custo na adoção inicial (*deemed cost*) (CPC 46, 2012).

O ICPC 10. nos itens 21 a 24, afirma que a entidade que adotar o *deemed cost* deverá garantir que o avaliador aponte a vida remanescente e o valor residual, assim fundamentando o valor depreciável e a nova taxa de depreciação na data de transição.

Em relação à contabilização dessa operação, na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, em 2010, o bem será registrado como acréscimo na conta do ativo correspondente, com contrapartida no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial) e a conta tributável refletida diretamente no passivo não circulante, a título de efeito fiscal diferido (ICPC 10, item 25 e 26; 2010).

Considerando o impacto que a adoção ao custo atribuído (valor justo ou valor de mercado) pode causar nos resultados (lucro ou prejuízo) futuros da empresa, através do aumento de suas despesas de depreciação, exaustão ou amortização é indispensável que a empresa divulgue em notas explicativas, seu efeito em exercícios futuros.

3. METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como pesquisa descritiva, uma vez que, busca investigar, dentre as empresas listadas na BM&FBOVESPA, as características das companhias abertas, que permitem explicar a escolha do valor justo como critério de mensuração dos ativos imobilizados.

Gil (2002), afirma que as pesquisas descritivas têm como objetivo originário à descrição das definições de determinada população, fenômenos e estabelecimento de relações entre variáveis.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, foi adotada a pesquisa documental, junto às demonstrações financeiras publicadas pelas companhias de capital aberto registradas na BM&F BOVESPA. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental descreve fenômenos ocorridos em uma população (por exemplo, organizações) a partir de dados qualitativos empíricos, levantados junto a uma entidade concreta, no caso, balanços e notas explicativas. Também se utilizou de pesquisa bibliográfica, em livros e periódicos nacionais e internacionais, com o intuito de traçar o suporte conceitual e factual do fenômeno estudado.

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa é de natureza quantitativa uma vez que se utiliza de instrumentos estatísticos, para tratamento das informações obtidas. A pesquisa quantitativa é comum em estudos de levantamento, na tentativa de entender, por meio de uma amostra, o comportamento de uma determinada população, segundo Gil (2002).

A população é composta pelas companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, totalizando 514 empresas, das quais foram retiradas da população: i) as instituições financeiras, no montante de 73, por terem operações e legislações específicas; ii) as companhias que tiveram o seu registro cancelado até o exercício de 2010, no total de 72 e por último iii) as companhias que não apresentaram em seus balanços patrimoniais ativos imobilizado representando 106 companhia, ficando a amostra final do estudo com 263 companhias.

Já a amostra final foi constituída com as empresas, que realizaram a adoção do novo custo atribuído ao imobilizado, com a mensuração de tais ativos a valor justo e apresentaram nas notas explicativas, sumário das práticas contábeis modificadas, acompanhado de demonstração dos efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 no resultado e no patrimônio líquido.

Para desenvolvimento do estudo foram coletados os seguintes dados:

Quadros 2- Variáveis da pesquisa

Variável dependente	Descrição	Coleta
Custo histórico e valor justo	<i>Dummy</i> para representar a escolha pelo método contábil, sendo 0 para custo histórico e 1 valor justo;	Notas explicativas
Variáveis independentes	Descrição	Coleta
Porte	Valor do faturamento 2010	Demonstração do Resultado do exercício
Nível de endividamento	(passivo circulante 2010 + passivo não circulante 2010)/ patrimônio líquido 2010	Balanço patrimonial
Bônus dos administradores	0 (zero) caso a empresa que não paga bônus aos administradores e 1 (um) para empresas que pagam bônus aos administradores.	Notas explicativas

Rentabilidade	ROE= (lucro líquido 2010) / (patrimônio Líquido 2010) x 100	Balanco patrimonial
Empresas listadas em bolsas internacionais	0 (zero) para as empresas que não negociam ADR's e 1 (um) para as empresas que negociam ADR's.	Notas explicativas
Setor	Classificação da Bovespa, sendo 0 para Bens Industriais, 1 Construção e transporte, 2 Consumo cíclico, 3 Consumo não cíclico, 4 Financeiros e Outros, 5 Materiais básicos, 6 Petróleo, gás e biocombustível, 7 Tecnologia da informação, 8 Telecomunicação e 9 Utilidade publica	Bovespa
Empresa de auditoria	1 – “Big 4” ou 0 – Outras empresas de auditoria	Relatório dos auditores independentes
Participação do Imobilizado no Ativo Total	Imobilizado 2010/ Ativo Total 2010	Balanco patrimonial

Fonte: Elaborado pelo autor

Para atender ao objetivo geral desse estudo, que é investigar as características das companhias abertas, que permitem explicar a escolha do valor justo como critério de mensuração dos ativos imobilizados, no ano da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil, realizou-se uma regressão logística.

Segundo Hosmer e Lemeshow (2000) a regressão logística é um instrumento estatístico, que admite o ajuste de um conjunto de variáveis independentes, a uma variável de resposta categórica. Ao contrário das variáveis contínuas, as variáveis categóricas podem contrair somente alguns valores particulares de resposta, podendo estes ser binários (dicotômicos) do qual obtém apenas dos níveis (falha ou sucesso) ou poliatômicos (mais de três classes), podendo contrair múltiplos níveis de saída.

Regressão logística “prediz a probabilidade de um evento ocorrer, a qual pode estar entre 0 e 1. (Gonçalves *et al*,2013)

Tendo como base os estudos de Costa, Silva e Laurencel (2013), Fields, Lys e Vicent (2001, p.256), Ronen e Yaari (2008), Silva e Sancovschi (2007), as variáveis dependentes e independentes do estudo são: porte, nível de endividamento, bônus dos administradores, rentabilidade, empresas listadas em bolsas internacionais, setor, empresas de auditoria e participação do imobilizado no ativo total: critério de mensuração, como mostra a seguir:

$$\text{CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO} = \beta_0 + \beta_1 \text{POR} + \beta_2 \text{NE} + \beta_3 \text{BA} + \beta_4 \text{REN} + \beta_5 \text{ELBI} + \beta_6 \text{SET} + \beta_7 \text{EAUD} + \beta_8 \text{PIAT}$$

Onde:

CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO – *dummy* para representar a escolha pelo método contábil, sendo 0 para custo histórico e 1 para valor justo; **POR**: porte; **NE**: nível de endividamento; **BA**: bônus dos administradores; **REN**: rentabilidade, **ELBI**: empresas listadas em bolsas internacionais, **SET**: Setor, **EAUD**: Empresa de auditoria, **PIAR**: Participação do Imobilizado no Ativo Total.

Os ajustes do modelo proposto foram verificados por meio de dois indicadores: i) Cox & Snell R2 que, segundo Fávero *et al.* (2009), corresponde a uma medida semelhante ao R2 da análise de regressão múltipla; e ii) Estatística para o Teste Qui-Quadrado, que serve como um indicador para analisar se “pelo menos um dos coeficientes do modelo é estatisticamente diferente de zero” (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 451).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tabela 1 – Critério de mensuração utilizado para os ativos imobilizados

Informação/Motivos	Quantidade	%
Valor justo	25	10
Custo histórico	238	90
Total	263	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se no resultado da Tabela 1, que apenas 10% da amostra do estudo optaram pelo critério do valor justo, para mensuração dos ativos imobilizados e divulgaram os ajustes comparativo do exercício de 2009, atendendo as exigências da NBC TG 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (2009). Em contrapartida 90% das companhias abertas brasileiras, mantiveram a opção pela mensuração a custo histórico. Este resultado esta de acordo com os achados do estudo de Freitas (2011) que identificou que as companhias são mais propensas a mensurar seus ativos imobilizados a custo histórico, pelo fato de ser o critério mais conservador e menos suscetível a julgamentos e manipulações.

Aprofundando a análise, investigou-se quais as principais justificativas, divulgadas em notas explicativas, para continuarem adotando o custo histórico como critério de mensuração dos ativos imobilizados e identificou-se os seguintes fatores: i) os valores de aquisição de seus ativos imobilizados aproximam-se do que seria a valor justo devido a irrelevância dos seus saldos; e ii) por entenderem que a prática contábil de valorizar o ativo imobilizado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando adquirido, é a pratica contábil que melhor representa a seus ativos imobilizados. Tais justificativas corroboram os resultados de Lin e Peasnell (2000), que em seu estudo afirmam que a reavaliação dos ativos só é favorável, se houver valores representativos de ativos fixos no seu balanço, fornecendo evidências de que quanto maior a proporção do ativo imobilizado sobre o ativo total, maior a propensão das companhias em recalculer os valores de seus ativos e assim, obter os possíveis resultados desejados.

Outro aspecto que se pode ventilar, para o reduzido número de empresas que adotaram o valor justo como critério de mensuração é o conservadorismo das companhias abertas, na adoção critério do valor justo pelos *stakeholders* e a incerteza dos resultados apurados para o mercado de capitais.

Tabela 2 - Empresas que adotaram o critério do custo histórico e valor justo por setor.

Setores	Custo histórico	%	Valor justo	%	Total	%
Bens Industriais	20	71	8	29	28	11
Construção e transporte	46	100	-	0	46	17
Consumo cíclico	43	86	7	14	50	19
Consumo não cíclico	30	94	2	6	32	12
Financeiros e Outros	22	100	-	0	22	8
Materiais básicos	30	88	4	12	34	13
Petróleo, gás e biocombustível	4	100	-	0	4	2
Tecnologia da informação	5	100	-	0	5	2
Telecomunicação	6	86	1	14	7	3
Utilidade publica	32	91	3	9	35	13
Total	238	90	25	10	263	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Vê-se que todos os setores apresentaram maior percentual de opção pela adoção do critério do custo histórico. Chama-se atenção para os setores Construção e transporte, Financeiros e Outros, Petróleo, gás e biocombustível e Tecnologia da Informação, cujas companhias apresentaram 100% de manutenção do critério de mensuração tradicional, mostrando-se conservadoras. Verifica-se ainda que os setores Bens Industriais, Consumo cíclico, Telecomunicações e Materiais básicos tiveram um comportamento diferenciado, tendo uma maior adoção ao critério do valor justo com percentuais de 29%, 14%, 14% e 12%, respectivamente. Tal resultado está em linha com achados do estudo de Albuquerque (2014) o qual enfatiza que devido ao ramo de atividades dessas companhias envolverem atividades de produção industrial de alimentos, têxteis, metais, maquinários, madeira, papel, químicos, etc., exige um relevante parque fabril, que se encontrava defasado, devido a taxas de depreciação fiscais utilizadas e a inflação no país.

Tabela 3 – Percentual do ajuste do valor justo das empresas e divulgação hierarquia do valor justo

Companhias	Setores	Imobilizado mensurado a custo histórico	Imobilizado mensurado a valor justo	Valor do ajuste	%	Divulgação hierarquia do valor justo
Bardella	BI	139.588	377.488	237.900	170	N /D
Bombril	CNC	190.092	309.427	119.335	63	N /D
Buettner	CC	19.132	165.483	146.351	765	Nível 2
Ceb	UP	6.634	197.361	190.727	2.875	N /D
Cesp	UP	16.176.275	16.476.849	300.574	2	Nível 1
CPFL Energia	UP	4.823.026	5.786.466	963.440	20	Nível 2
Dohler	CC	59.737	260.664	200.927	336	Nível 2
Forja Taurus	BI	190.753	258.213	67.460	35	Nível 2
Fras-Le	BI	167.788	260.729	92.941	55	Nível 2
Guararapes	CC	1.098.565	1.367.905	269.340	25	N /D
Hoteis Othon	CC	326.029	421.266	95.237	29	Nível 1
Inepar	T	330.460	372.657	42.197	13	N /D
Karsten	CC	69.056	119.544	50.488	73	N /D
Kepler Weber	BI	82.606	184.690	102.084	124	N /D
Localiza	CC	2.371.452	2.542.220	170.768	7	Nível 2
Metisa	BI	63.703	83.100	19.397	30	N /D
Paranapanema	MB	632.845	1.049.784	416.939	66	N /D
Randon Part	BI	817.384	1.093.649	276.265	34	N /D
Schulz	BI	202.775	322.445	119.670	59	N /D
SLC Agrícola	CNC	891.615	2.239.052	1.347.437	151	N /D
Suzano Papel	MB	5.694.740	10.938.493	5.243.753	92	Nível 2
Teka	CC	236.524	304.928	68.404	29	Nível 2
Tekno	MB	42.342	53.350	11.008	26	Nível 2
Vale	MB	126.270.171	130.086.834	3.816.663	3	Nível 2
Wetzel S/A	BI	79.004	101.794	22.790	29	Nível 2

Fonte: Elaborado pelo autor

Onde: BI: Bens Industriais, UP: Utilidade Pública, CC: Consumo Cíclico, CNC: Consumo não cíclico, T: Telecomunicações, MB: Materiais básicos, N/D: Não Divulgou .

Vê-se que todas as empresas analisadas obtiveram um acréscimo positivo nos seus ativos imobilizados, após a adoção pelo critério do valor justo, com uma variação em média de 205%, quando comparado com valor do custo histórico. Vale ressaltar, que esse aumento do imobilizado tem reflexo no patrimônio líquido da empresa, na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Tal achado está em linha com os resultados da pesquisa de Bernardino, Prado e Ribeiro (2011), em que as empresas analisadas apresentaram um impacto positivo, no ativo imobilizado, após seus ajustes decorridos da adoção do custo atribuído. Os autores afirmam que “Como aspecto positivo da adoção do *deemed cost*, pode-se observar uma aproximação dos valores constantes do imobilizado dos seus valores econômicos, ou de mercado”.

Verifica-se ainda, pelos resultados da Tabela 3, que os setores de Utilidade Pública, Consumo cíclico e Consumo não cíclico apresentaram as maiores variações positivas, de 966%, 181% e 107%, respectivamente. Isso pode demonstrar que grandes partes das empresas agrupadas a esses setores, estavam com seus ativos imobilizados com valores contábeis abaixo do mercado e que após os ajustes decorrentes da adoção *deemed cost*, seus ativos sofreram um aumento significativo causando um impacto positivo a conta do imobilizado.

Analisando os resultados por empresa, chama-se atenção para as companhias CEB, Buettner S/A e SLC Agrícola que apresentaram variações positivas de 2.875%, 765%, 151%, respectivamente, quando da adoção do valor justo. Em nota explicativa, tais Companhias justificam a relevância dos seus ajustes devido aos seguintes motivos: efeito nos valores de mercado de suas máquinas, edificações e terrenos, os quais foram reavaliados por especialistas e constataram que os valores contábeis encontravam-se defasados.

Outro fator analisado na tabela 3 é a divulgação dos níveis de hierarquia do valor justo. Verifica-se que 52% das empresas divulgaram e atenderam as exigências do CPC 27. Em contrapartida, vê-se que 48% das empresas não divulgaram o nível de hierarquia utilizado. Destacou-se os setores Consumo não Cíclico (16,67%) e Telecomunicação (8,33%) com maior representatividade em não atender as exigências do citado CPC.

Constata-se ainda, que as empresas que apresentaram maior percentual de atendimento de divulgação estão concentradas nos setores: Materiais Básicos, Consumo Cíclico e Utilidade Pública, com percentuais de 75%, 71% e 67%, respectivamente. Vê-se ainda, que o nível de hierarquia do valor justo mais utilizado pelas companhias brasileiras é o nível 2, dando uma menor prioridade para utilização de dados não-observáveis, usados na cotação de mercado de itens similares (Nível 2), conforme definido no CPC 46 (2010).

Desta forma, pode-se constatar que a mensuração a valor justo dos imobilizados das companhias brasileiras, tendem a um nível subjetivo de mensuração, Sobre o assunto Day (2000) destaca o fato de que a estimativa do valor justo, baseado em *inputs* tanto para o nível 2 como para o nível 3, afetam diretamente na confiabilidade dessas estimativas. O autor afirma que a utilização desses níveis pode ocorrer por causa da: (a) utilização inapropriada de modelos de mensuração quando não é possível obter os valores de mercado; (b) aplicação dos modelos corretos, porém com especificações incorretas, como, por exemplo, não refletir o risco, e (c) não entendimento da relação entre o valor justo e o reflexo do mesmo nas condições de mercado.

Vê-se, pela Tabela 4, que os resultados do modelo da regressão logística, evidenciam que parte das variáveis selecionadas para o estudo, apresentou relação significativa com a variável dependente, uma vez que a estatística qui-quadrado foi significativa ao nível de 5%.

Verifica-se ainda a influência significativa das variáveis, Porte e Retorno sobre o Patrimônio líquido–ROE, na escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados, a um

nível de significância de 10%. Este resultado demonstra que o Porte das companhias influencia na decisão dos administradores, pelo critério de mensuração de seus ativos imobilizado, uma vez que, os administradores de grandes empresas tendem a escolher práticas contábeis que diminuem o resultado para reduzir seus custos políticos. Tal achado esta em linha com os estudos de Watts e Zimmerman (1990) e Conceição (2009) e Costa e Freitas (2014).

Tabela 4– Resultados da regressão logística

Variáveis	Beta	Erro padrão	Sig
PORTE	1,30	,338	,090
ENDIVIDAMENTO	,001	,001	,174
BONUS	,705	,498	,157
ROE	5,09	,005	,100
BOLSAINTERNACIONAL	,397	,899	,659
SETOR			
Bens Industriais	2,350	1,82	,720
Construção e transporte	-2,110	,150	,630
Consumo cíclico	-,670	,490	,750
Consumo não cíclico	,270	,540	,830
Financeiros e Outros	,450	,360	,940
Materiais básicos	-1,102	,520	,850
Petróleo, gás e biocombustível	-1,450	,340	,170
Tecnologia da informação	,230	,100	,690
Telecomunicação	-1,034	,450	,870
Utilidade publica	-,290	,570	,530
EMPRESA DE AUDITORIA	-2,23	,113	,020
PARTICIPAÇÃO DO IMOBILIZADO NO ATIVO TOTAL	3,050	,467	,010
Constant	-2,627	,464	,000
N	263		
-2 Log likelihood	159,911		
Cox & Snell R2	,001		
Nagelkerke R2	,163		

Fonte: Elaborado pelo autor

Já a significância da variável ROE, demonstra que a escolha do critério contábil nas empresas é influenciada pelos indicadores de rentabilidade, que são utilizados por diversos *stakeholders* como medida de desempenho das empresas, desta forma, os gestores são incentivados a escolher práticas contábeis que contribuam para alcançar um melhor desempenho.

Aprofundando essa análise, Aledo *et al* (2009) explicam dois motivos do possível relacionamento entre rentabilidade das companhias e as escolhas contábeis: conforme a teoria da agência, acredita-se que os agentes façam escolhas contábeis que aumentem os lucros, de forma a impactar positivamente a sua própria remuneração; por outro lado, de acordo com a teoria da sinalização, os agentes podem fazer escolhas contábeis ligadas à adoção dos IFRS de modo que haja uma significância nos resultados da companhia e assim fornecer informações positivas ao mercado.

Vê-se que a significância da variável Empresa de Auditoria no resultado do teste da regressão, demonstra que a participação expressiva das grandes empresas de auditoria, denominadas *Big four*, influenciam as companhias a atenderem as normas contábeis, buscando as melhores práticas de mercado nas escolhas contábeis, com o intuito de reduzir seus custos de agência. (ALEDO *et al*, 2009)

Considerando o alto envolvimento das grandes empresas de auditoria no processo de convergência contábil (ALEDO et al, 2009) e o relativo baixo uso do valor justo na avaliação dos ativos fixos na adoção dos IFRS em países como Reino Unido, Alemanha e Austrália (CHRISTENSEN e NIKOLAEV, 2008; CAIRNS et al, 2009), pode-se supor que no Brasil, as empresas também mantiveram a avaliação ao custo histórico, por ser uma opção mais conservadora e menos suscetível a julgamentos, bem como condizente às escolhas feitas em outros países, inclusive por recomendação das próprias empresas de auditoria.

O mesmo resultado foi identificado para a variável participação do Ativo Imobilizado no Ativo total, cujo resultado se mostrou significativo a um nível de 5%, corroborando a afirmação de Barlev *et al* (2007) que a representatividade dos ativos fixos sobre o ativo total das companhias, pode afetar a adoção da prática contábil da reavaliação, uma vez que os ativos fixos contribuem para determinar a capacidade de endividamento da empresa e a relevância deste valor pode incentivar ou não a adoção desta prática.

Observa-se que em relação à variável Setor, não houve significância no resultado do teste de regressão logística, demonstrando resultado contrário ao estudo de Aledo *et al* (2009) que afirma haver tanto uma uniformidade entre as empresas do mesmo setor quanto semelhanças na prática contábil, acrescentando que o setor das empresas é um direcionador das escolhas contábeis, por isso é esperado que a empresa que adotar prática contábil diferente das demais empresas do setor seja penalizada, o que é rejeitado pelo resultado dos testes da regressão e intuitivamente, pelo resultado da estatística descritiva da Tabela 2, que não demonstra uma unanimidade nos setores sobre a uniformidade de procedimentos contábeis, entre as empresas de um mesmo setor, com exceção dos setores Construção e transporte, Financeiros e outros, Petróleo, gás e biocombustível e Tecnologia da informação.

Em relação à variável Empresa listada em bolsa internacional, pelo resultado da regressão, não há indícios de que esta variável influencie na decisão da administração, quanto ao critério de mensuração dos ativos imobilizados. Tal resultado pode ter sido influenciado em parte, pelo reduzido número de companhias abertas brasileiras, que atendem a esta condição. Assim, este resultado não corrobora a afirmação de Demaria e Dufour (2008) de que as empresas que negociam suas ações em bolsas internacionais (*cross-listing*) tendem a adotar práticas contábeis mais conservadoras, pois estão sob regime mais rigorosos. Por último, as variáveis Endividamento e Bônus dos administradores não foram significantes, ao nível de 5%, para a influência da escolha do critério de mensuração do ativo imobilizado. Sobre o endividamento, os resultados não corroboram os estudos empíricos anteriores de Watts e Zimmerman (1990), Fields, Lys, Vincent (2001) e Silva (2008), os quais indicavam que quanto mais alavancada, maior a propensão da empresa em reavaliar seus ativos e assim, melhorar os seus indicadores de estrutura de capital.

Assim como o resultado da variável Bônus dos administradores também não confirma os achados dos estudos de Watts; Zimmerman (1990), Silva e Sancovschi (2007) e Ronen e Yaari (2008) que identificaram que pagamento de planos de remuneração variável (*bonusplan*) para a alta administração baseados em resultados contábeis, aumenta a probabilidade de os administradores escolherem práticas contábeis que elevem o resultado, objetivando atingir as metas estabelecidas.

Em resumo do resultado, a amostra como um todo evidencia que as variáveis: porte, rentabilidade, empresa de auditoria e participação do imobilizado no ativo total, mostram serem características que tem uma relação significativa com a escolha de mensuração do ativo imobilizado, enquanto que para as variáveis: endividamento, bolsa internacional e setor, não houve significância no teste da regressão logística, portanto, não são características consideráveis para a escolha de mensuração do ativo imobilizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar as características das companhias abertas, que permitem explicar a escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados, tendo como população da pesquisa as companhias listadas na BM&FBOVESPA. Para tal, foram utilizadas as variáveis: porte, nível de endividamento, bônus dos administradores, rentabilidade, empresas listadas em bolsas internacionais, setor, empresas de auditoria e participação do imobilizado no ativo total. Com a finalidade de atender ao objetivo da pesquisa, utilizou-se na amostra uma regressão logística.

Os resultados da pesquisa demonstram que as variáveis: porte, rentabilidade, empresa de auditoria e participação do ativo imobilizado no ativo total, impactaram significativamente na escolha do critério de mensuração dos ativos imobilizados das Companhias abertas no Brasil. Já as variáveis: endividamento, bônus, bolsa internacional e setor não apresentaram indícios de relação de significância com a variável dependente do estudo.

Tal resultado demonstra que os custos políticos, decorrente de uma maior exposição das empresas de grande porte e mais rentáveis, podem influenciar as escolhas contábeis dos critérios de mensuração dos ativos imobilizados, uma vez que tais companhias tendem a adotar escolhas contábeis mais conservadoras objetivando diminuir o custo político, o que é confirmado pela maior utilização do custo histórico, como critério de mensuração dos ativos imobilizados das companhias abertas brasileiras, identificados nesse estudo.

Em relação à empresa de auditoria, constata-se que as companhias abertas que contratam as chamadas grandes firmas de auditoria, denominadas de Big Four, que buscam, entre outros objetivos, reduzir custos de agência são influenciados no momento da escolha contábil, sobre o critério de mensuração a ser utilizado nos seus ativos imobilizados. Dessa forma, pode-se inferir que os resultados indicam que a estrutura de monitoramento tem papel relevante nas escolhas contábeis.

A variável participação do imobilizado no ativo total demonstrou ser significativamente influente no processo de escolhas contábeis das Companhias. A representatividade de ativos fixos no balanço influencia a decisão, quanto à avaliação desses itens fornecendo indícios de que, quanto maior a proporção do ativo imobilizado sobre o ativo total, maior a propensão das empresas em recalcularem o valor destes itens e, assim, alcançar os possíveis efeitos desejados (redução da rentabilidade e da visibilidade da empresa, melhora dos indicadores da capacidade de endividamento, entre outros).

Destaca-se ainda que, o método contábil mais utilizado pelas empresas para mensuração dos ativos imobilizados no Brasil é o custo histórico. Este resultado está de acordo com os achados do estudo de Freitas (2011), o qual identificou que o custo histórico mostrou ser o método mais conservador e menos suscetível a julgamentos e manipulações.

Em relação aos setores de atividade, verificou-se que todos os setores apresentaram maior percentual de utilização pelo critério do custo histórico, com exceção dos setores Bens Industriais, Consumo cíclico, Telecomunicações e Materiais básicos que apresentaram um comportamento diferenciado tendo uma maior adoção ao critério do valor justo. Vê-se ainda, que o nível de hierarquia do valor justo mais utilizado pelas Companhias brasileiras é o nível 2. Isso demonstra que a mensuração a valor justo dos imobilizados das Companhias brasileiras tendem a um nível subjetivo de mensuração.

Como limitação do trabalho, ressalta-se o fato de que os dados para essa pesquisa foram coletados no ano de 2010, ano de mudanças, no qual houve o processo de implantação

full das novas normas contábeis internacionais, por isso momento de adaptação, onde pode ter ocorrido falta de entendimento das normas pelos administradores, em aderir a um novo critério de mensuração de seus ativos imobilizados, e desconhecimento do impacto no resultado dessa mudança, isso pode justificar o baixo número de empresas que aderiram ao valor justo, no ano de adoção *full* das normas internacionais.

Como sugestão para estudos futuros, pode-se destacar a consideração de empresas localizadas em outros países. Pode-se adicionalmente, utilizar outros métodos estatísticos, outra base de análise modificando o ano de levantamento dos dados, identificando outras variáveis independentes.

5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALEDO, J.; GARCÍA-MARTÍNEZ, F.; DIAZARAQUE, J. M. M. Firm-specific factors influencing the selection of accounting options provided by the IFRS: empirical evidence from Spanish Market. **Banco de España**. 2009.

ARGILES, J. M.; BLADÓN, J. G.; MONLLAU, T. Fair value versus historic cost valuation for biological assets: implications for the quality of financial information. **Revista de Contabilidade, Espanha**, v. 14, n 2, dez. 2011.

BARLEV, Ben Zion; FRIED, Dov; HADDAD, Joshua R.; LIVNAT, Joshua. Reevaluation of revaluations: a cross-country examination of the motives and effects on future performance. **Journal of Business, Finance and Accounting**.v. 34 (7/8), p. 1025-1050, 2007.

BARTH, M.E. **Including estimates of the future in today's financial statements**. Accounting Horizons, v. 20, n. 3, 2007.

BERNADINO, F.; PRADO, T.; RIBEIRO, K. Impacto da adoção do deemed cost no volution de empresas brasileiras do setor de papel e celulose. **Revista: Enegep- ABREPO- Associação Brasileira de Engenharia de Produção**.

BRASIL. **Lei nº 11.638/07**, de 18 de dezembro de 2007. Altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC (Brasil). **Pronunciamento CPC 27 – Ativo imobilizado**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58> Acesso em: 24 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC (Brasil). **Pronunciamento CPC 37 –Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade**. Disponível em:<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>. Acesso em: 22 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC (Brasil). **Pronunciamento CPC 28 –Propriedades para investimento**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>. Acesso em: 23 set. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC (Brasil). Pronunciamento CPC 43 – **Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41.**

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC(Brasil). **Pronunciamento técnico ICPC 10.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Interpretacoes/Interpretacao?Id=19>. Acesso em: 11 set. 2014.

CONCEIÇÃO, L. C. P. A Opção Pelo “Justo Valor” Como Método De Avaliação De Activos Na Adopção das IAS/IFRS em Portugal: Uma Análise Exploratória. 2009. 81 f. **Dissertação** (Mestrado) - Departamento de Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.282**, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC Nº. 750/93, que dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade.

COSTA; T. A.; SILVA; A. H. C.; LAURENCEL, L.C. Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. **Revista de Contabilidade e Organizações, 2013.**

DAY, Jackson M. *SEC Speech: Fair Value Accounting - Let's Work Together and Get It Done!* **In: Annual national conference on current sec developments, 28, 2000.**

DEMARIA, S.; DUFOUR, D. First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies. **Econ Papers Economics at your fingertips.2008.**

FÁVERO, LUIZ P. L.; BELFIORE, PATRÍCIA P.; CHAN, BETTY L.; SILVA, FABIANA L. **Análise de dados:** modelagem multivariada para tomada de decisões. São Paulo: Campus, 2009.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VICENT, L. **Empirical research on accounting choice.** Journal of Accounting and Economies, p.256-307, 2001.

FRANÇA, Jose; CUNHA, George; CUNHA, Daniel. Adoção do padrão IRFS no Brasil: Impacto do custo atribuído no grau de endividamento (GE) e no retorno sobre o ativo (RSA) das empresas. **REP e C, Brasília, v. 8, n. 2, art. 4, p. 180-194, abr./jun. 2014.** Disponível em: <www.repec.org.br> Acesso em: 20 set. 2014.

FREITAS. K.; COSTA. F. Escolhas Contábeis na Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: direcionadores das isenções do Pronunciamento Técnico CPC 37. **XXXVI Encontro da ANPAD, 2011.**

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, E. B.; GOUVEIA, M.A.; MANTORIANI, D.M. Análise de risco de crédito com o uso de regressão logística. **Revista: Contemporânea de Contabilidade, 2013.**

HISMER, D. M & LEMESHOW, S. **Aplied logistic Regression.** New York, John Wiley & Sons, 1989.

HAIL, L.; LEUZ, C.; WYSOCKI, P. D. **Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the United States:** An Analysis of Economic and Policy Factors. 2009.

HERBOHN, K; HERBOHN, J. **International Accounting Standard (IAS) 41: What Are the Implications for Reporting Forest Assets?** Small-scale Forest Economics, Management and Policy, v. 5, n. 2, p. 175-189, 2006.

IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**, n.44, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10 ed. São Paulo; Atlas, 2010.

LEMES, S.; COSTA, P.S.; MARTINS, V.A. **Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento do Imobilizado**. ENANPAD. Rio de Janeiro, 2014.

LIN, Y. N.; PEASNELL, K. V. Fixed asset revaluation and equity depletion in the UK. **Journal of Business Finance and Accounting**. vol. 27, p. 359-394, 2000.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

RONEN, J.; YAARI, V. **EARNINGS MANAGEMENT: Emerging Insights in Theory, Practice, and Research**. . Springer, 2008.

SILVA, A. H. C.; SANCOVSCHI, M. Mudanças De Práticas Contábeis Em Empresas Privatizadas: Estudo De Casos No Segmento De Serviços Públicos De Distribuição De Gás. *In: CONGRESSO ANPCONT*, 2. Gramado/ RS. Anais. Anpcont, 2007.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, p. 131-156, 1990.